



Simulado de Direito Previdenciário - INSS

02/04/16

Professor Amable Zaragoza ||| www.fb.com/prof.amable

01. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere aos benefícios previdenciários regulamentados pela Lei n.º 8.213/1991, julgue o item subsequente.

É admissível a cumulação de pensão por morte com aposentadoria por tempo de contribuição.

Resolução da questão 01: Certo

É admissível a cumulação de pensão por morte com qualquer tipo de aposentadoria. [art. 124 da Lei nº 8.213/91]

02. 2015 CESPE TCE-RN – Assessor Técnico Jurídico

Acerca dos regimes de previdência, benefícios e contribuições previdenciárias, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal de 1988 prevê fontes de custeio da seguridade social, entre elas a receita de concursos de prognósticos e a importação de bens ou serviços. Caso a União deseje criar novas fontes de custeio para manter e expandir a seguridade social, deverá fazê-lo pelo processo legislativo especial da lei complementar.

Resolução da questão 02: Certo

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

*III - sobre a receita de **concursos de prognósticos**.*

*IV - do **importador de bens ou serviços do exterior**, ou de quem a lei a ele equiparar.*

*§ 4º A **lei poderá instituir outras fontes** destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.*

Art. 154. A União poderá instituir:

*I - **mediante lei complementar**, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.*

03. 2015 CESPE STJ – Analista Judiciário – Serviço Social

Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.

Conforme a Lei Orgânica de Seguridade Social, a seguridade social possui, entre seus princípios e diretrizes, a irredutibilidade do valor dos benefícios, e, como forma de garantir esse preceito, o seu financiamento deve ser realizado por duas fontes — receitas da União e contribuições sociais das empresas empregadoras.

Resolução da questão 03: Errado

O custeio da seguridade social será provido por três fontes, incluindo-se as receitas da União, as contribuições sociais e receitas de outras fontes.

Lei nº 8.212/91:

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

04. 2009 CESPE TCE-ES – Procurador Especial de Contas

Acerca dos segurados da previdência social e de seus dependentes, julgue o item que segue.

O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, é segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual.

Resolução da questão 04: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas

físicas:

V - como contribuinte individual:

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

05. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

Maria foi contratada como empregada da empresa Souza & Silva Ltda. Após três anos e dois meses de trabalho, ela foi vítima de acidente de trânsito que lhe provocou fraturas expostas em membro inferior. Em virtude dessa ocorrência, Maria ficou incapacitada temporariamente para o trabalho. Após um ano e oito meses de afastamento do trabalho, peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constataram que Maria, apesar de se encontrar apta ao trabalho, possuía sequelas provenientes do acidente que reduziam a sua capacidade para a atividade que exercia habitualmente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Dada a incapacidade de Maria para o trabalho, a empresa Souza & Silva Ltda. esteve desobrigada de pagar seu salário a partir do acidente, data em que se iniciou o dever do INSS de pagar-lhe o benefício previdenciário.

Resolução da questão 05: Errado

A empresa assume o custo dos 15 primeiros dias de afastamento.

Lei nº 8.213/91:

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

06. 2013 CESPE DPE-TO – Defensor Público

Acerca das normas que regulam os benefícios e as prestações do RGPS, julgue o item a seguir.

Suponha que um segurado, em virtude de condenação pelo cometimento de crime, tenha sido recolhido à prisão para início do cumprimento de pena em regime fechado e solicitado auxílio-reclusão. Nessa situação, segundo a jurisprudência do STF, é necessária a comprovação de situação de necessidade, devendo-se utilizar como parâmetro a renda dos dependentes, sendo irrelevante a renda auferida pelo segurado preso.

Resolução da questão 06: Errado

Na apuração de concessão de auxílio-reclusão avalia-se a renda do segurado recolhido à prisão, que deverá ser enquadrado como baixa renda.

Logo, não se observa a renda dos dependentes, analisando-se somente a do segurado.

STF decidiu em 25/03/09 que é a renda do preso que deve ser considerada para a concessão de auxílio-reclusão. A matéria foi discutida por meio de dois Recursos Extraordinários (REs 587365 e 486413).

07. 2014 CESPE TRT-1 – Juiz do Trabalho

No caso de doença do trabalho, reputa-se como dia do acidente a data correspondente a dez dias do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual.

Resolução da questão 07: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

08. 2015 CESPE MPOG – Contador (adaptada)

Julgue o item subsequente, relativo a normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Receita Federal.

Um aposentado por regime de previdência social dos militares que venha a exercer atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral da Previdência Social deve ser considerado segurado obrigatório em relação a essa atividade.

Resolução da questão 08: Certo

Lei nº 8.213/91, art. 12:

§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

09. 2015 CESPE TCE-RN – Auditor

A respeito da decadência, dos dependentes e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item que se segue.

De acordo com o STF, o prévio requerimento administrativo é, como regra, condição para o regular exercício do direito de postular em juízo a concessão de benefício previdenciário.

Resolução da questão 09: Certo

Note que o primeiro local onde o segurado deve postular seu pedido de benefício é no INSS e não na justiça.

Segundo o STF: “A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise.”

10. 2010 CESPE ABIN – Oficial Técnico de Inteligência

Considerando a Lei n.º 8.742/1993, denominada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue o item que se segue.

O benefício de prestação continuada, a que fazem jus às pessoas idosas que atendam aos requisitos previstos em lei para a concessão do benefício, deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

Resolução da questão 10: Errado

Lei nº 8.742/93:

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

11. 2015 CESPE TCE-RN – Auditor

Com relação à seguridade social e seu custeio, julgue o item a seguir.

As contribuições para a seguridade social devidas pelo empregador podem ter alíquotas e bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva da mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Resolução da questão 11: Certo

CF/88, art. 195:

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Para memorizar: **PUMA**

Porte da empresa

Utilização intensiva de mão-de-obra

Mercado ou condições estruturais do mercado

Atividade econômica

12. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento implica no entendimento de que o Estado deve prover, por meio da seguridade social, gratuitamente e independentemente de contribuição, assistência social, saúde e previdência a todos que necessitam desses benefícios e serviços.

Resolução da questão 12: Errado

A previdência social tem caráter contributivo.

13. 2013 CESPE DPE-TO – Defensor Público

Acerca das normas que regulam os benefícios e as prestações do RGPS, julgue o item a seguir.

O salário maternidade da segurada empregada consistirá sempre em renda mensal equivalente à sua remuneração integral.

Resolução da questão 13: Errado

De fato, o salário-maternidade não se submete ao teto do INSS, mas está limitado ao valor do subsídio de ministro do STF. No caso de receber um salário de R\$ 60.000,00 por mês... a segurada ficará limitada ao teto de Ministro do STF, vindo a receber benefício em valor menor que a sua remuneração mensal... No caso de remuneração variável, ela receberia uma média das últimas contribuições... Portanto não se pode dizer que “consistirá sempre”...

14. 2015 CESPE STJ – Analista Judiciário – Serviço Social

Com relação à seguridade social no Brasil, julgue o item a seguir.

No contexto brasileiro de adesão às medidas neoliberais, ocorre um processo de restrição aos direitos sociais e privatização de serviços públicos essenciais.

Como consequência dessa realidade, os direitos da seguridade social passaram a orientar-se pela seletividade e pela privatização, ao mesmo tempo em que ocorreu a ampliação dos programas assistenciais.

Resolução da questão 14: Certo

Questão interpretativa, do ano passado! Note que o examinador inicia a assertiva destacando a adoção de medidas neoliberais no Brasil. A bandeira do neoliberalismo prega a redução dos custos de funcionamento da máquina pública, mesmo que isto exija a restrição de direitos sociais e a privatização da atividade estatal, inclusive no que se refere aos serviços públicos essenciais.

Conseqüentemente, com menor capacidade econômica, a União passa a orientar intensamente a seguridade social para que atue de forma seletiva na prestação das coberturas, com estímulo ao desenvolvimento de arranjos privados, em substituição aos serviços públicos anteriormente existentes. Importa notar que isto ocorre na mesma década em que se procederam ajustes na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os quais fortaleceram e os programas assistenciais.

15. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere aos benefícios previdenciários regulamentados pela Lei n.º 8.213/1991, julgue o item subsequente.

O salário-família devido ao segurado empregado é pago pelo empregador, enquanto o salário-família devido ao segurado contribuinte individual é pago pelo INSS.

Resolução da questão 15: Errado

O salário-família não é pago ao contribuinte individual.

16. 2015 CESPE MPOG – Contador (adaptada)

Julgue o item subsequente, relativo a normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Receita Federal.

Ressalvada a pessoa com deficiência, em relação à qual inexiste limite máximo de idade, o aprendiz, maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos de idade, deve contribuir na qualidade de segurado facultativo.

Resolução da questão 16: Errado

Deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de segurado empregado o aprendiz, maior de 14 e menor de 24 anos, ressalvado o portador de deficiência, ao qual não se aplica o limite máximo de idade, sujeito à formação técnico-profissional metódica, sob a orientação de entidade qualificada, conforme disposto nos arts. 410 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

17. 2014 CESPE MPU – Analista – Serviço Social

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente.

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atendimento às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Resolução da questão 17: Certo

Lei nº 8.742/93, art. 2º:

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

18. 2015 CESPE TCE-RN – Auditor

A respeito da decadência, dos dependentes e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item que se segue.

Conforme entendimento do STJ, caso ocorra o falecimento de segurado de regime previdenciário que detenha a guarda judicial de criança ou adolescente que seja economicamente seu dependente, será garantido ao menor sob guarda o benefício da pensão por morte, desde que ele tenha sido incluído no rol de dependentes previsto na lei previdenciária aplicável.

Resolução da questão 18: Errado

O menor sob guarda não se equipara a filho para fins previdenciários, logo não está coberto no rol de dependentes do art. 16 da Lei nº 8.213/91.

19. 2015 CESPE AGU – Procurador

No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

As diretrizes que fundamentam a organização da assistência social são a descentralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal e os municípios, e comando único em cada esfera de governo; a participação da população, mediante organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações; e a prevalência da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

Resolução da questão 19: Certo

Lei nº 8.742/93:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

*II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;*

*III - **primazia da responsabilidade** do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.*

20. 2015 CESPE STJ – Analista Judiciário – Serviço Social

Com relação à seguridade social no Brasil, julgue o item a seguir.

Os princípios orientadores das políticas de seguridade social incluem a universalidade, principalmente na saúde; a uniformidade e a equivalência na previdência urbana e rural; a irredutibilidade do valor dos benefícios; e a diversidade da base de financiamento.

Resolução da questão 20: Certo

CF/88, art. 194:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

*I - **universalidade** da cobertura e do atendimento;*

*II - **uniformidade e equivalência** dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*

*IV - **irredutibilidade** do valor dos benefícios;*

*VI - **diversidade** da base de financiamento;*

21. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

Lei que aprovar a majoração de contribuição previdenciária para efeito de custeio de benefício ou serviço da seguridade social só poderá ser aplicada após decorridos noventa dias da data da sua publicação.

Resolução da questão 21: Certo

CF/88, art. 195:

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

22. 2015 CESPE MPOG – Contador (adaptada)

Julgue o item subsequente, relativo a normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Receita Federal.

Um contribuinte individual que contrata segurados para a prestação de serviços se equipara a uma empresa para fins de cumprimento de obrigações previdenciárias.

Resolução da questão 22: Certo

Lei nº 8.212/91, art. 15:

Parágrafo único. Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

23. 2013 CESPE CPRM – Analista - Direito

Com base nas normas que regem a seguridade social, julgue os itens subsequentes.

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), órgão superior de deliberação colegiada, é composto por representantes do governo e da sociedade civil (aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores), sendo correto afirmar que a composição do CNPS representa uma forma de concretização do caráter democrático e descentralizado da administração da previdência social.

Resolução da questão 23: Certo

O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por representantes do Governo e por representantes da sociedade civil. Eles são nomeados pelo Presidente da República para mandato de 2 anos, permitida uma recondução. O cerne deste modelo é o caráter democrático e descentralizado, criando uma estrutura que conta com a participação da sociedade.

24. 2012 CESPE STJ – Analista Judiciário

Julgue o item que se segue à luz das normas aplicáveis à seguridade social.

Será segurado obrigatório da previdência social o indivíduo que, na condição de diretor, prestar serviços a uma fábrica de tecidos, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração.

Resolução da questão 24: Certo

Decreto nº 3.048/99:

Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

25. 2016 CESPE TCE-PR – Auditor

Em abril de 2013, Jeane sofreu um acidente de trabalho, e o médico da empresa na qual ela trabalhava considerou-a incapaz para retornar a suas atividades e aconselhou-a a solicitar sua aposentadoria por invalidez. Representada por um advogado, Jeane ingressou diretamente em juízo com ação previdenciária, pleiteando a aposentadoria por invalidez.

Nessa situação hipotética, a aposentadoria por invalidez requerida por Jeane poderá ser cumulada com o auxílio-acidente.

Resolução da questão 25: Errado

Lei nº 8.213/91, art. 86:

2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

26. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor

Julgue o item a seguir, relativos à seguridade social e ao regime geral de previdência social.

O servidor público ocupante de cargo em comissão é segurado obrigatório da previdência social na condição de contribuinte individual.

Resolução da questão 26: Errado

O servidor público que exerce EXCLUSIVAMENTE cargo em comissão é que se vincula ao RGPS na condição de segurado empregado. Os demais servidores, via de regra, são filiados do RPPS.

27. 2010 CESPE ABIN – Oficial Técnico de Inteligência

Considerando a Lei n.º 8.742/1993, denominada Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue o item que se segue.

O pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias com renda per capita mensal inferior a um quarto do salário mínimo inclui-se entre os serviços assistenciais eventuais previstos na LOAS.

Resolução da questão 27: Errado

Não se trata de serviços assistenciais, mas sim de um benefício eventual:

Lei nº 8.742/93:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

28. 2014 CESPE MPU – Analista – Serviço Social

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente.

A organização da assistência social tem como base a centralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal, os municípios, com comando único das ações na esfera federal.

Resolução da questão 28: Errado

Lei nº 8.742/93:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes

diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e

*os Municípios, e **comando único das ações em cada esfera de governo;***

29. 2010 CESPE TCE-BA – Procurador

Julgue o próximo item, a respeito da seguridade social.

Na evolução da previdência social brasileira, o modelo dos institutos de aposentadoria e pensão, que abrangiam determinadas categorias profissionais, foi posteriormente substituído pelo modelo das caixas de aposentadoria e pensão, que eram criadas na estrutura de cada empresa.

Resolução da questão 29: Errado

questão inverteu a ordem... primeiro tivemos os CAPs por empresa (década de 20), que foram substituídos pelos IAPs, por categoria profissional (década de 30).

30. 2010 CESPE PGM-RR – Procurador Municipal

Julgue os itens a seguir, relativos às legislações previdenciária e da seguridade social.

É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da previdência social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

Resolução da questão 30: Certo

Lei nº 8.213/91, art. 124:

Parágrafo único. É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

31. 2010 CESPE Banco da Amazônia – Serviço Social

A seguridade social, uma das principais conquistas sociais da Constituição Federal de 1988 (CF), designa um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade cujo objetivo é assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca desse assunto, julgue o item seguinte.

Assistência social é assegurada constitucionalmente, independentemente de contribuição à seguridade social, assim como outros direitos sociais e da política social do trabalho, tendo sido implantada de forma universal no país com o objetivo de reduzir as iniquidades sociais.

Resolução da questão 31: Errado

O erro da assertiva está em afirmar que a assistência social atua de forma universal, dado que é focada na população carente, em situação de vulnerabilidade.

32. 2008 CESPE SEMAD-Aracajú – Procurador Municipal

Julgue o item subsequente, relacionados à seguridade social e a seu custeio.

A positivação do modelo de seguridade social na ordem jurídica nacional ocorreu a partir da Constituição de 1937, seguindo o modelo do bem-estar social, em voga na Europa naquele momento. No caso brasileiro, as áreas representativas dessa forma de atuação são saúde, assistência e previdência social.

Resolução da questão 32: Errado

A CF/37 referia-se ao seguro social, muito mais focada em previdência social do que propriamente em seguridade social. A primeira CF que apresenta a expressão seguridade social é a de 1988.

33. 2004 CESPE AGU – Advogado da União

Julgue o item que se segue, relativo ao RGPS.

Não integram o salário-de-contribuição os benefícios pagos, na forma da lei, pelo RGPS, salvo o salário-maternidade.

Resolução da questão 33: Certo

Decreto nº 3.048/99, art. 214:

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição, exclusivamente:

I - os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, ressalvado o disposto no § 2º.

34. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista - Direito

Com base nas normas que regulam os benefícios do RGPS, julgue o seguinte item:

Só será concedida a pensão por morte aos dependentes de segurado que, antes de falecer, já esteja aposentado.

Resolução da questão 34: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data(...).

35. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

Maria foi contratada como empregada da empresa Souza & Silva Ltda. Após três anos e dois meses de trabalho, ela foi vítima de acidente de trânsito que lhe provocou fraturas expostas em membro inferior. Em virtude dessa ocorrência, Maria ficou incapacitada temporariamente para o trabalho. Após um ano e oito meses de afastamento do trabalho, peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constataram que Maria, apesar de se encontrar apta ao trabalho, possuía sequelas provenientes do acidente que reduziam a sua capacidade para a atividade que exercia habitualmente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A partir do momento em que Maria for considerada apta a retornar ao trabalho, o INSS deve cessar o pagamento do auxílio-doença e conceder-lhe o benefício auxílio-acidente.

Resolução da questão 35: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

36. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor

Julgue o item a seguir, relativos à seguridade social e ao regime geral de previdência social.

A concessão de auxílio-doença independe de carência nos casos em que o segurado ficar incapacitado para seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos devido a alguma doença profissional ou a um acidente de qualquer natureza.

Resolução da questão 36: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

37. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista - Direito

Com base nas normas que regulam os benefícios do RGPS, julgue o seguinte item:

Uma vez cumprida a carência exigida, a aposentadoria especial será devida ao empregado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que, na data do requerimento do benefício, conte com, no mínimo, cinquenta e cinco anos de idade, se homem, e cinquenta anos de idade, se mulher.

Resolução da questão 37: Errado

A aposentadoria especial não exige idade mínima.

38. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere aos benefícios previdenciários regulamentados pela Lei n.º 8.213/1991, julgue o item subsequente.

É admissível a aposentadoria especial ao segurado que detém apenas quinze anos de contribuição previdenciária, desde que tenha trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e tenha cumprido o período de carência exigido.

Resolução da questão 38: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

Essa questão pode ter gerado um pouco de dúvida, já que tem atividades de risco que não se aposenta com 15 anos, mas sim com 20 ou 25. Para matar esta questão é preciso observar o termo "admissível", que é a mesma coisa que "é possível", então não restringiu... portanto, a questão está realmente correta.

39. 2010 CESPE MPE-ES – Promotor de Justiça (adaptada)

João, que era casado com Maria e tinha um filho menor não emancipado chamado Júnior, exercia, quando veio a falecer, atividade abrangida pelo RGPS, como empregado de uma fábrica há oito meses, recebendo, nesse período, um salário de R\$ 1.500,00. Morava ainda com o casal e o filho menor a mãe de João. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Maria, sua sogra e Júnior não têm direito à pensão por morte, porque João, que trabalhou apenas oito meses, não completou a carência, que é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão de benefício previdenciário.

Resolução da questão 39: Errado

Não há carência na pensão por morte.

Lei nº 8.213/91:

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;

40. 2009 CESPE TCE-ES – Procurador Especial de Contas

Acerca dos segurados da previdência social e de seus dependentes, julgue o item que se segue.

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

Resolução da questão 40: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

41. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere aos benefícios previdenciários regulamentados pela Lei n.º 8.213/1991, julgue o item subsequente.

O auxílio-reclusão é um benefício devido ao segurado da previdência que, recolhido à prisão, fica impossibilitado de prover o seu próprio sustento e o de sua família.

Resolução da questão 41: Errado

O auxílio-reclusão não é benefício devido ao segurado, mas aos seus dependentes.

42. 2015 CESPE TCE-RN – Auditor

Com relação à seguridade social e seu custeio, julgue o item a seguir.

De acordo com o princípio da seletividade, os objetivos constitucionais de bem-estar e justiça social devem orientar a escolha dos benefícios e dos serviços a serem mantidos pela seguridade social, bem como a concessão e a manutenção das prestações sociais de maior relevância.

Resolução da questão 42: Certo

A seletividade se reflete na delimitação do rol de prestações, ou seja, na escolha dos benefícios e serviços a serem mantidos pela seguridade, assim elegendo os riscos e contingências sociais a serem cobertos.

Por seleção de prestações, entende-se a escolha, por parte do legislador de um plano de benefícios compatível com a capacidade econômico-financeira do sistema. A seleção não significa apenas a escolha das prestações, mas também as condições de concessão e a público focalizado na proteção social.

CF/88, art. 194:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

43. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

Segundo a legislação vigente, deve haver incidência de contribuição previdenciária sobre importância recebida a título de incentivo a demissão voluntária e abono de férias.

Resolução da questão 43: Errado

Lei nº 8.212/91, art. 28:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei,

exclusivamente:

e) as importâncias:

5. recebidas a título de incentivo à demissão;

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT.

44. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo



Maria foi contratada como empregada da empresa Souza & Silva Ltda. Após três anos e dois meses de trabalho, ela foi vítima de acidente de trânsito que lhe provocou fraturas expostas em membro inferior. Em virtude dessa ocorrência, Maria ficou incapacitada temporariamente para o trabalho. Após um ano e oito meses de afastamento do trabalho, peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constataram que Maria, apesar de se encontrar apta ao trabalho, possuía sequelas provenientes do acidente que reduziam a sua capacidade para a atividade que exercia habitualmente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Ao retornar ao trabalho, Maria fará jus a uma renda equivalente a 50% do valor do salário-de-benefício, a ser paga pelo INSS, independentemente do salário pago a ela pela empresa Souza & Silva Ltda.

Resolução da questão 44: Certo

Lei nº 8.213/91, art. 86:

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

45. 2016 CESPE TCE-PR – Auditor

Em abril de 2013, Jeane sofreu um acidente de trabalho, e o médico da empresa na qual ela trabalhava considerou-a incapaz para retornar a suas atividades e aconselhou-a a solicitar sua aposentadoria por invalidez. Representada por um advogado, Jeane ingressou diretamente em juízo com ação previdenciária, pleiteando a aposentadoria por invalidez.

Nessa situação hipotética, caso Jeane necessite de assistência permanente de outra pessoa, o valor da aposentadoria será acrescido de 25%, ainda que o valor do benefício atinja o limite máximo.

Resolução da questão 45: Certo

Caso o segurado precise de cuidados adicionais permanentes, é possível a percepção de benefício majorado em 25%, sendo esta uma exceção ao limite do teto previdenciário.

46. 2015 CESPE TCN-RN – Assessor Jurídico

Acerca dos regimes de previdência, benefícios e contribuições previdenciárias, julgue o item subsequente.

Lei complementar disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, que deverá ser custeado concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

Resolução da questão 46: Errado

CF/88, art. 201:

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

Este é um caso de lei ordinária.

47. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Leg.



Acerca da compensação financeira dos regimes previdenciários, julgue o próximo item.

Considere a seguinte situação hipotética.

Helena conta com trinta anos de contribuição e pretende se aposentar pelo RGPS, uma vez que atende aos demais requisitos legais. No entanto, nesse período de contribuição, durante os primeiros dez anos, ela contribuiu para o RPPS, e, durante vinte anos, para o RGPS.

Nessa situação, Helena fará jus à renda mensal de três mil reais, devendo o RGPS receber do RPPS o percentual do tempo de serviço total da segurada correspondente ao tempo de contribuição de dez anos multiplicado por três mil reais (renda mensal inicial).

Resolução da questão 47: Certo

CF/88, art. 201:

9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Note que o examinador complicou bastante para afirmar que os sistemas previdenciários se compensarão financeiramente.

48. 2013 CESPE UNIPAMPA – Assistente Social

A respeito da política de previdência social, julgue o item a seguir.

A perda da condição de segurado impede a concessão da aposentadoria por idade, mesmo que o indivíduo comprove o tempo de contribuição correspondente ao exigido como carência na data de requerimento do benefício.

Resolução da questão 48: Errado

Decerto nº 3.048/99, art. 180:

§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.

49. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista - Direito

Com base nas normas que regulam os benefícios do RGPS, julgue o seguinte item:

O segurado em gozo de auxílio-doença e insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, e o auxílio-doença não cessará até que o segurado seja considerado habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.

Resolução da questão 49: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

50. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

Uma ação que tenha por objetivo haver prestações vencidas devidas pela previdência social está sujeita a prescrição decenal.

Resolução da questão 50: Errado

Lei nº 8.213/91, art. 103:

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

51. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

O deputado estadual que não tem vínculo com regime próprio de previdência social é considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social, e, nessa condição, está obrigado a contribuir para esse regime de previdência.

Resolução da questão 51: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

J) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

52. 2010 CESPE MPE-ES – Promotor de Justiça (adaptada)

João, que era casado com Maria e tinha um filho menor não emancipado chamado Júnior, exercia, quando veio a falecer, atividade abrangida pelo RGPS, como empregado de uma fábrica há oito meses, recebendo, nesse período, um salário de R\$ 1.500,00. Morava ainda com o casal e o filho menor a mãe de João. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Caso seja requerida apenas por Maria, a pensão por morte será concedida a partir do dia do óbito de João, independentemente da data do requerimento.

Resolução da questão 52: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso

anterior.

53. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista - Direito

Com base nas normas que regulam os benefícios do RGPS, julgue o seguinte item:

Os dependentes de segurado de baixa renda aposentado que for recolhido à prisão terão direito a auxílio-reclusão, nas mesmas condições da pensão por morte.

Resolução da questão 53: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

54. 2013 CESPE DPE-TO – Defensor Público

Acerca das normas que regulam os benefícios e as prestações do RGPS, julgue o item a seguir.

Considere que Joana, casada com Marcos, segurado do RGPS, receba proventos relativos a aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, com a morte do esposo, Joana não poderá, de acordo com a lei, passar a receber cumulativamente a pensão por morte, devendo optar pelo benefício mais vantajoso.

Resolução da questão 54: Errado

É possível a acumulação de pensão por morte com aposentadoria.

55. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor



Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

O segurado que contribuir para a previdência social como empregado e como contribuinte individual, simultaneamente, e atender, em relação a cada atividade exercida, as condições do benefício requerido, fará jus a ter o seu salário de benefício calculado com base na soma dos salários de contribuição de ambas as atividades desempenhadas.

Resolução da questão 55: Certo

Art. 32. O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as normas seguintes:

I - quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição;

56. 2010 CESPE MPE-ES – Promotor de Justiça (adaptada)

João, que era casado com Maria e tinha um filho menor não emancipado chamado Júnior, exercia, quando veio a falecer, atividade abrangida pelo RGPS, como empregado de uma fábrica há oito meses, recebendo, nesse período, um salário de R\$ 1.500,00. Morava ainda com o casal e o filho menor a mãe de João. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Aplica-se o fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte, que é feito com base no salário-de-benefício da aposentadoria que seria devida a João na data do seu falecimento.

Resolução da questão 56: Errado

A assertiva está errada, pois o valor do benefício da pensão por morte é de 100% do valor de aposentadoria que o segurado recebia ou daquela que teria direito se estivesse aposentado por invalidez.

O cálculo da aposentadoria por invalidez considera a média dos 80% maiores salários-de-contribuição, sem a utilização do fator previdenciário.

57. 2013 CESPE DPE-TO – Defensor Público

Acerca das normas que regulam os benefícios e as prestações do RGPS, julgue o item a seguir.

O prazo para o primeiro pagamento do benefício da previdência social é estipulado em até quarenta e cinco dias contados da data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária à concessão do benefício.

Resolução da questão 57: Certo

Lei nº 8.213/91, art. 41-A:

§ 5º O primeiro pagamento do benefício será efetuado até quarenta e cinco dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária a sua concessão.

58. 2015 CESPE AGU – Procurador

No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, a gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

Resolução da questão 58: Errado

CF/88, art. 184:

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

*VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão **quadripartite**, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

59. 2010 CESPE MPE-ES – Promotor de Justiça (adaptada)

João, que era casado com Maria e tinha um filho menor não emancipado chamado Júnior, exercia, quando veio a falecer, atividade abrangida pelo RGPS, como empregado de uma fábrica há oito meses, recebendo, nesse período, um salário de R\$ 1.500,00. Morava ainda com o casal e o filho menor a mãe de João. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Se Maria, sua sogra e Júnior requererem pensão por morte, o benefício será concedido apenas a Maria e Júnior, em partes iguais, sendo que a parte de cada um poderá ser menor que um salário mínimo.

Resolução da questão 59: Certo

Apenas Maria e Júnior teriam acesso ao benefício, pois são da primeira classe de dependentes. A mãe de João integra a segunda classe, portanto fica excluída do acesso ao benefício de pensão por morte. O benefício será rateado entre Maria e Júnior, em partes iguais.

Lei nº 8.213/91:

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

60. 2009 CESPE TCE-ES – Procurador Especial de Contas

Acerca dos segurados da previdência social e de seus dependentes, julgue o item que se segue.

O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência, é segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de empregado.

Resolução da questão 60: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

V - como contribuinte individual:

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

61. 2015 CESPE STJ – Analista Judiciário – Serviço Social

Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.

A Lei Orgânica da Previdência Social tem por fim assegurar os meios indispensáveis de manutenção, exclusivamente, aos seus beneficiários que possuam vínculo empregatício, em razão de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependam economicamente.

Resolução da questão 61: Errado

A questão possui diversos erros... a começar pela questão do vínculo empregatício... além disso, deixou de citar os encargos familiares. Vejamos o art. 1º da Lei nº 8.213/91:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

62. 2010 CESPE IPAJM – Advogado

No que respeita à contagem recíproca, é correto afirmar que o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, desde que com acréscimo de juros moratórios de 0,5% ao mês, capitalizados anualmente, e multa de 10%.

Resolução da questão 62: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

63. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

A contribuição do segurado empregado é feita de forma isonômica, sendo vedada a distinção de alíquotas ou valores de contribuição em decorrência de salários diferenciados.

Resolução da questão 63: Errado

A CF/88 não trata de isonomia, mas sim de equidade. Justamente por isso que temos alíquotas diferenciadas em razão da capacidade econômica do contribuinte.

64. 2014 CESPE TRT-1 – Juiz do Trabalho

Sob pena de multa, a empresa deve comunicar o acidente do trabalho à previdência social até o primeiro dia útil seguinte ao de sua ocorrência e, no caso de morte, imediatamente, à autoridade competente.

Resolução da questão 64: Certo

Lei nº 8.213/91:

Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

65. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Aline, segurada da previdência social, sofreu um acidente de trânsito enquanto se deslocava de sua residência para o seu local de trabalho, onde exerce a função de balconista.

Assertiva: Nessa situação, o acidente do qual Aline foi vítima equipara-se a acidente do trabalho.

Resolução da questão 65: Certo

Lei nº 8.213/91

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de

trabalho:

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela,

qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do

segurado.

66. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista Direito

A respeito das normas que tratam dos segurados do RGPS e dos regimes próprios de previdência social (RPPS) e de seus dependentes, julgue:

O pequeno produtor rural que exerça suas atividades em regime de economia familiar será filiado obrigatório do RGPS na condição de segurado especial, enquanto seus filhos maiores e cônjuge que trabalhem na mesma condição serão filiados obrigatórios do RGPS como segurados empregados.

Resolução da questão 66: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

67. 2016 CESPE DPU – Analista Administrativo

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue o item a seguir.

Em caso de eventual déficit entre os valores arrecadados e os valores pagos a título de benefício previdenciário, o INSS poderá suspender temporariamente o pagamento dos benefícios aos segurados, até que arrecade valor suficiente para efetuar tal pagamento.

Resolução da questão 67: Errado

Lei nº 8.212/91:

Art. 16. A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

Parágrafo único. A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

68. 2015 CESPE TCE-RN – Inspetor

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Um trabalhador urbano, segurado do RGPS, completou sessenta e cinco anos de idade no corrente ano de 2015 e pretende se aposentar por idade.

Assertiva: Nessa situação, esse trabalhador terá direito ao benefício desejado desde que comprove ter contribuído para a previdência social por, pelo menos, trinta anos.

Resolução da questão 68: Errado

Os requisitos para o benefício Aposentadoria por idade são: 65 anos de idade para o homem e 60 anos de idade para mulher, reduzidos em 5 anos para o trabalhador rural e também para o garimpeiro que trabalhem, comprovadamente, em regime de economia familiar.

O erro da questão está em afirmar que o trabalhador só terá direito ao benefício se comprovar ter contribuído para Previdência Social por, pelo menos, 30 anos; uma vez que ele precisa comprovar apenas o cumprimento da carência 180 contribuições.

69. 2013 CESPE DPE-TO – Defensor Público

Acerca das normas que regulam os benefícios e as prestações do RGPS, julgue o item a seguir.

O retorno do aposentado à atividade exercida não prejudica o recebimento de sua aposentadoria, que, em qualquer caso, será mantida no seu valor integral.

Resolução da questão 69: Errado

Depende do tipo de aposentadoria. Se for aposentadoria por invalidez, por exemplo, o retorno a atividade é causa para a cessação da aposentadoria.

70. 2013 CESPE SEGER-ES – Analista Direito

A respeito das normas que tratam dos segurados do RGPS e dos regimes próprios de previdência social (RPPS) e de seus dependentes, julgue:

Os beneficiários do RGPS classificam-se como segurados e dependentes. A lei, entretanto, disciplina a inscrição apenas dos segurados, ficando seus dependentes dispensados da inscrição, mesmo no momento do requerimento do benefício a que fizerem jus.

Resolução da questão 70: Errado

Lei nº 8.213/91:

Art. 17. O Regulamento disciplinará a forma de inscrição do segurado e dos dependentes.

§ 1o Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.



Obrigado por sua participação!!!

Acesse o ranking e registre seu resultado

Professor Amable Zaragoza



www.fb.com/prof.amable